

## ENQUADRAMENTOS DE UMA CRISE: o *impeachment* de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais<sup>1</sup>

### FRAMING A CRISIS: Dilma Rousseff's *impeachment* in national and international editorials

Liziane Soares Guazina<sup>2</sup>, Helder Prior<sup>3</sup> e Bruno Araújo<sup>4</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o posicionamento editorial da imprensa brasileira e estrangeira na cobertura do julgamento que conduziu ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Mediante uma análise de enquadramento, intenta-se compreender de que modo jornais de referência nacionais tais como Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, e internacionais como Público, El País, The Guardian, Le Monde e New York Times, organizam os acontecimentos e constroem as respectivas narrativas políticas, verificando as similaridades e as diferenças na interpretação da crise política que conduziu à destituição da primeira mulher presidente do Brasil.

**Palavras-Chave:** 1. *Impeachment* 2. Editoriais 3. Enquadramentos

**Abstract:** The article analyzes the editorial position of the Brazilian and foreign press in the coverage of Dilma Rousseff's *impeachment* trial. By a framework analysis, we aim to understand how the national quality newspapers such as Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, and the international ones as Público, El País, The Guardian, Le Monde and The New York Times organize the events and construct the respective political narratives, verifying the similarities and differences in the interpretation of the political crisis that led to the removal of the first woman president of Brazil.

**Keywords:** 1. *Impeachment* 2. Editorials 3. Frameworks.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (2011), Professora Adjunta e Vice-Diretora da Faculdade de Comunicação, membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP/CEAM), ambos da Universidade de Brasília. E-mail: lguazina@unb.br

<sup>3</sup> Doutor em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior (2013). Realizou estágio de pós-doutorado na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PNPD/CAPES) em 2014 e 2015. Investigador Integrado do LabCom.IFP da Universidade da Beira Interior e investigador colaborador no Observatorio Iberoamericano de La Comunicación da Universidade Autônoma de Barcelona. E-mail: [helder.prior@labcom.ubi.pt](mailto:helder.prior@labcom.ubi.pt).

<sup>4</sup> Doutorando em Comunicação da Universidade de Brasília. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP/CEAM) e do Grupo de Pesquisa Cultura, Mídia e Política. Pesquisador colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. E-mail: brrunoaraujo@gmail.com

## 1. Introdução

Diferentes autores têm apontado a importância dos editoriais como espaço privilegiado de demonstração do posicionamento dos meios de comunicação diante dos complexos jogos políticos da democracia (AZEVEDO, 2005; AZEVEDO, CHAIA, 2008; MIGUEL; COUTINHO, 2007, MONTALVERNE e MARQUES, 2015, 2016). Os editoriais podem ser entendidos como tentativas da mídia de emplacar sua agenda junto aos governos e a outros agentes políticos, travando um diálogo com as elites político-econômicas (MONTALVERNE e MARQUES, 2016, p.122). Contudo, para além de se constituírem como espaços privilegiados de articulação de agendas, os editoriais também cumprem funções estratégicas no processo de construção dos enquadramentos (ENTMAN, 2004) que moldam a cobertura informativa, o debate público e o desenrolar dos acontecimentos políticos.

Não é por acaso que alguns autores, ao salientarem o papel político exercido pela mídia, destaquem que os editoriais funcionam como balizamentos políticos e ideológicos de um periódico, com implicações diretas na tônica da cobertura informativa (FONSECA, 2005). Como textos essencialmente argumentativos que apresentam justificações e soluções para determinados problemas, os editoriais assumem a finalidade de explicar, aconselhar e conduzir a diferentes interpretações dos conflitos políticos. Assim, o editorial estabelece um diálogo interessado com os leitores, mas também com a esfera política, apontando pistas sobre como o campo do jornalismo gostaria que os assuntos públicos fossem tratados.

Tais considerações nos levaram a pensar como os principais jornais de referência brasileiros e estrangeiros trataram o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. A participação da mídia tradicional na crise política que levou à sua destituição em agosto de 2016 ainda é motivo de controvérsias públicas, especialmente no que diz respeito ao papel do jornalismo nacional no processo de articulação e queda da ex-Presidenta. Assim, amparados pela teoria do enquadramento, analisamos como jornais nacionais e estrangeiros enquadraram, por meio de seus editoriais, o processo de destituição de Dilma Rousseff. Para tal,

analisamos que argumentos foram apresentados pelas publicações, e as causas e consequências articuladas para constituir a “opinião do jornal” e construir hipóteses explicativas do *impeachment*.

Foram analisados os editoriais publicados em oito jornais de referência: O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Público, El País, Le Monde, The Guardian e New York Times.

Com um olhar analítico focado nas funções de enquadramento definidas por Entman (1993, 2004), observamos as visões das publicações objeto de análise sobre o Governo do PT e a oposição, os motivos apontados como desencadeadores do *impeachment*, o tratamento dado aos atores políticos, as soluções para a crise política e as consequências do *impeachment* para a vida pública brasileira.

Antes de seguirmos adiante, porém, é preciso indicar de que maneira este artigo está estruturado: primeiro, vamos delinear os alcances e limites de nossa opção teórica e descrever os procedimentos de análise. Na sequência, vamos apresentar nossas análises, destacando as funções dos enquadramentos propostas por Entman (1993/2004) e apontando, de forma comparativa, os resultados. Nas considerações finais, discutiremos as principais diferenças e semelhanças dos enquadramentos utilizados.

## **2. Enquadramento e política: o lugar do editorial**

A leitura dos editoriais dos jornais da imprensa brasileira e estrangeira instiga-nos a analisar o modo como os veículos jornalísticos construíram hipóteses explicativas acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff, conduzindo o debate público sobre o tema e influenciando a opinião dos receptores desses produtos midiáticos. Tratando-se de um texto eminentemente argumentativo que apresenta um assunto ou problema, justificações para esse problema e soluções para a sua resolução, o editorial estabelece diretrizes ou mapas conceituais que orientam a percepção do leitor sobre um determinado assunto, mas que também visa confirmar a tese defendida pela instituição jornalística, daí que a sua análise seja tão relevante para compreendermos o modo com os meios de comunicação nacionais e estrangeiros instituíram o acontecimento.

Efetivamente, o editorial revela e transmite não só o posicionamento da instituição jornalística, a opinião do jornal, mas também os seus valores ideológicos e políticos. É por isso que a sua análise permite aferir não só o posicionamento político de um determinado grupo de mídia, mas, e talvez mais interessante, as dinâmicas da própria cobertura informativa de um tema ou assunto, a agenda predominante e as narrativas construídas sobre os acontecimentos da política. Recorrendo a operadores lingüísticos lógico-argumentativos, o editorial exprime a opinião e a cultura da empresa como um todo, ocupando um espaço privilegiado na publicação jornalística, configurando-se, por isso mesmo, como “a secção mais nobre de um jornal” (GRADIM, p. 81).

Neste sentido, os editoriais desempenham um importante papel na orientação dos assuntos públicos, pautando, enquadrando e instituindo a realidade política mediante princípios ideológicos, valores e normas que orientam as empresas jornalísticas. Por conseguinte, o enquadramento conferido a determinados assuntos tem importantes implicações nos processos de comunicação e política, isto porque os enquadramentos chamam a atenção para certos aspetos da realidade em detrimento de outros aspetos que são obscurecidos, algo que acaba por conduzir a audiência para diferentes reações ou estados de espírito (ENTMAN, 1993, p. 55).

É neste ponto que fazemos a articulação entre o enquadramento e o editorial enquanto gênero textual de caráter argumentativo que, como ensina Fonseca (2005), não deixa de ter importante papel de balizador da própria cobertura informativa realizada sobre determinado assunto. Na obra clássica de 1986, *Frame Analysis*, Goffman define enquadramento como um quadro simbólico que corresponderia a uma proposta de interpretação da realidade. Trata-se de um protocolo de leitura com vistas a tornar inteligível um determinado acontecimento e a nossa experiência subjetiva com ele.

Na esteira do pensamento de Goffman, com foco mais concentrado nos estudos da comunicação, Entman (1993) se notabilizou como autor que procura compreender como os meios de comunicação orientam a percepção pública acerca dos acontecimentos da vida social, por meio de um processo quotidiano de discursivização do real. Nesse sentido, enquadrar, para Entman, é seleccionar certos

aspectos de um acontecimento, para torná-lo cognoscível aos olhos do público. Esse processo de seleção pressupõe que o sujeito enunciator age segundo operações simbólicas que acabam por salientar e silenciar determinados aspectos da realidade, lançando sobre ela avaliações de caráter moral e, ao mesmo tempo, recomendando formas de ação perante o evento enquadrado (p.53).

Pensando o universo da comunicação jornalística como terreno de luta simbólica pela definição de significados, percebe-se um importante estímulo para a análise dos textos jornalísticos, na medida em que é por meio do jornalismo *mainstream* que parte importante dos cidadãos toma conhecimento sobre o que ocorre na vida social e política. Ao refletir sobre o lugar do *framing* nas ditas narrativas de poder, Entman destaca que o enquadramento desempenha uma função relevante no exercício do poder político, até porque, num texto jornalístico, um *framing* é uma “marca de poder”, pois registra a identidade dos atores e, particularmente, os interesses que competem para dominar o texto. Assim, os enquadramentos adotados influenciam o modo como os acontecimentos da política são apresentados e, não menos importante, a forma como o público interpreta a realidade selecionada ou recortada, algo que tem evidentes conseqüências na construção das narrativas explicativas do mundo da vida<sup>5</sup>. Ao direcionarem a nossa atenção para o modo como um texto ou uma ação comunicativa exerce o seu poder (ENTMAN, 1993, p. 56), os enquadramentos assumem um papel proeminente nos processos democráticos e na forma como as elites políticas procuram controlar a percepção de determinados eventos ou assuntos. Deste modo, a complexa realidade política é organizada e instituída por mapas que enquadram, de maneira acessível, essa mesma realidade para os receptores. Referimo-nos a premissas organizativas que catalogam a

---

<sup>5</sup> Ressaltamos aqui o entendimento de Kuypers (2010) de que os enquadramentos são utilizados estrategicamente em função de determinados objetivos de convencimento. Isto é, como construção discursiva que gera determinados efeitos (Mendonça e Simões, 2012).

compreensão dos acontecimentos, uma vez que o *framing* é sempre um princípio organizativo compartilhado (MOTTA, 2007), isto é, um processo de seleção e hierarquização da realidade que promove interpretações e conduz a avaliações.

Por essas razões, a teoria do enquadramento e as categorias construídas pelo autor assumem particular relevância no âmbito deste trabalho, que procura analisar o desempenho da imprensa nacional e estrangeira acerca da crise política que conduziu ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff por meio do estudo de editoriais publicados sobre o assunto. Os estudos de Entman fornecem subsídios valiosos para compreender como os veículos de comunicação analisados tornaram cognoscível o conjunto de acontecimentos sociais e políticos que conduziram ao afastamento da ex-presidenta do Brasil.

### 3. Notas metodológicas para a análise

Por meio de uma adaptação de categorias que Entman chamou de “funções de enquadramento”, explicitadas na tabela abaixo, observamos os problemas, as causas, os julgamentos morais e as soluções construídas no discurso dos veículos analisados. A aplicação dessas categorias permitiu compreender semelhanças e diferenças nas propostas de interpretação construídas pelos jornais analisados em seus respectivos editoriais.

**TABELA 1**

**Descrição das categorias de análise dos editoriais**

CATEGORIA	DESCRIÇÃO/MODO DE APLICAÇÃO
<b>Problemas identificados</b>	Identifica, no editorial, os principais problemas da crise política
<b>Causas</b>	Analisa as causas apontadas pelo editorial como motivadoras da crise e do processo
<b>Julgamento moral</b>	Mapeia discursos em tom avaliativo, quando os editoriais tecem comentários judiciosos em relação aos acontecimentos e às personagens nele envolvidas
<b>Indicação de solução</b>	Identifica possíveis soluções dadas pelos editoriais para a resolução da crise e o futuro político e social do país.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de Entman (1993/2004).

Constituem o corpus analítico deste trabalho três jornais brasileiros: O Globo, Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo; e cinco jornais estrangeiros: o português Público, o espanhol El País, o britânico The Guardian, o americano The New York Times e o francês Le Monde. Em razão do volumoso número de editoriais dos jornais nacionais, publicados ao longo do curso do processo, na Câmara e no Senado, optamos por um recorte metodológico, que se limita a analisar os textos publicados durante a semana da sessão final de julgamento, quando o Senado Federal condenou a ex-presidenta Dilma Rousseff. No entanto, no caso dos jornais internacionais, fizemos movimento contrário: ampliamos o período de análise para todo o mês de agosto a fim de capturar mais elementos para comparação. No total, foram analisados 18 editoriais de jornais nacionais (8 de O Estado de S. Paulo, 5 de Folha de S. Paulo e 5 de O Globo) e 10 editoriais de jornais internacionais (1 de The Guardian, 2 de The New York Times, 2 de El País e 4 do Público), contabilizando 28 textos.

No caso da imprensa brasileira, foram observados os seguintes editoriais, conforme Tabela 2:

**TABELA 2**

**Lista de editoriais dos jornais nacionais**

<b>Jornais</b>	<b>Datas de publicação</b>	<b>Títulos dos Editoriais</b>
O Estado de S. Paulo	25/08/2016	O julgamento
	26/08/2016	O PT abre o jogo
	28/08/2016	Os imorais Mais um tiro no pé
	30/08/2016	Ficção e pieguice
	31/08/2016	O fim do torpor Condições para voltar a crescer
	01/09/2016	O desfecho do impeachment
Folha de S. Paulo	25/08/2016	Sem tempo a perder
	27/08/2016	Lógica no hospício
	28/08/2016	Pedaladas em questão
	30/08/2016	A defesa de Dilma
	01/09/2016	Governo Novo

O Globo	25/08/2016 27/08/2016 30/08/2016 31/08/2016 01/09/2016	Não faltam provas para o impeachment de Dilma PT quer tirar o foco do julgamento do impeachment Dilma não responde acusações e repete argumentos Dilma chega vulnerabilizada à votação Para que jamais haja outro impeachment
---------	--------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração dos autores.

Já a análise dos editoriais dos jornais internacionais contemplou os seguintes textos, de acordo com a Tabela 3 a seguir:

**TABELA 3**

**Lista de editoriais de jornais internacionais**

Jornais	Datas de publicação	Títulos dos Editoriais
The Guardian	3/08/2016	Dilma Rousseff's downfall won't cure all her country's ills
The New York Times	17/08/2016 31/08/2016	Brazil's rising turbulence Brazil's Ousted President
El País	21/08/2016 01/09/2016	O desafio de Dilma Golpe baixo no Brasil
Público	05/08/2016 25/08/2016 30/08/2016 01/09/2016	O Brasil depois dos jogos O Brasil na hora incerta do pós-Dilma Tragicomédia de uma destituição anunciada Não é o fim, é apenas mais um recomeço
Le Monde	28/08/2016	La triste ironie de la chute de Dilma Rousseff

Fonte: Elaboração dos autores.

Os editoriais analisados foram publicados nas versões digitais dos jornais disponíveis em arquivos web e/ou pdf.

### 3. Análise dos jornais brasileiros

Uma característica dos textos de O Estado de São Paulo e de O Globo é o uso de adjetivos pouco elogiosos à ex-presidenta: considerada responsável por “ter trazido o tema do impeachment para o coração do Planalto”(24/12/2015) ou por estar “abusando o recurso de se passar por vítima”(21/12/2015), Rousseff foi descrita pelo Estadão, por exemplo, como sectária e arrogante, imprudente e irresponsável. Já os textos da Folha tendem a se manter mais distante das (des) qualificações pessoais e mais atentos a interpretações de atos, fatos e conjunturas.

Os problemas identificados nos editoriais nacionais giram em torno de quatro eixos: 1) o mal causado pelo “lulopetismo”, o próprio Lula, Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores ao país (o que teria levado ao processo de impeachment), 2) a atuação dos senadores da “tropa de choque” do PT durante o julgamento, explorando estratégias de promover narrativas lulopetistas, especialmente a de golpe, desrespeitando regras e promovendo a vitimização de Dilma Rousseff e do PT; 3) o prazo curto para implementar as reformas de saneamento financeiro e fiscal e 4) a legitimidade constitucional e política do impeachment, apesar das fragilidades jurídicas.

O mal causado pelo “lulopetismo” é tema presente em diversos editoriais de O Estado de São Paulo e O Globo. Ambos os jornais se utilizam desta forma de nomear tanto a atuação dos governos, quanto as lideranças e o legado do PT nos últimos anos. No Estadão, o lulopetismo é caracterizado como desrespeitoso e fraudulento, e a narrativa de golpe é chamada de fantasiosa. Logo no dia 25/08, início da sessão de julgamento no plenário do Senado, o editorial afirma que: “o comportamento dos lulopetistas demonstrou um deliberado desrespeito às normas do julgamento do impeachment definidas pelas lideranças partidárias de comum acordo com o ministro Lewandowski” de que “a tropa de choque do PT valeu-se da transmissão de rádio e TV para promover a narrativa política lulopetista”.

No dia 28/08, o jornal afirma que “os senadores do PT estão no julgamento com o único objetivo de encenar a paixão de Dilma diante das câmeras de documentaristas simpáticos à causa lulopetista” e que a narrativa de “golpe não passa de esperneio daqueles que não se conformam com a democracia quando esta, por meio de seus instrumentos legais, os defenestra do poder”.

Ainda no Estadão, o ex-presidente Lula é chamado de “charlatão” com planos de destruir a democracia, e Dilma Rousseff é considerada expoente máximo da incompetência: “brasileiros e incautos do exterior acreditaram nas lorotas que o ex-metalúrgico contou para os eleitores daqui.(...) Raros se deram conta dos planos de Lula para sequestrar a democracia e desmoralizar o debate político bem ao estilo do gangsterismo sindical que ele tão bem representa.(...) Nunca antes na história deste país um charlatão foi tão longe. (...) O processo de destruição da democracia foi

interrompido por um erro de Lula: escolher Dilma, que contrariou seu criador e provou ser a maior incompetente que já passou pelo Palácio do Planalto”.

A “vitimização” de Dilma também estava nas preocupações dos editorialistas da Folha de S. Paulo. No dia 27/08, o jornal defendeu que “estando quase definido, há tempos, um resultado desfavorável a Dilma, o PT e seus aliados almejam tirar o máximo proveito da ocasião. A estratégia é fazer crer que Dilma tornou-se vítima de uma conspiração das elites, desviando a atenção de tudo o que trouxe de incompetência, irresponsabilidade e malogro”. E repetiu o argumento no dia 30/08: mesmo que a presidente afastada tenha apontado fragilidades na base jurídica do impeachment, não convenceu” ao atribuir-se a condição de vítima de golpe”.

Para O Globo, na edição da mesma data, Dilma Rousseff perdeu oportunidade de se defender de maneira efetiva e se limitou a fazer discurso destinado à luta política do lulopetismo de volta à oposição, repetindo velhos argumentos e a ideia, “sem pé nem cabeça de que é vítima de um golpe parlamentar desfechado por uma conspiração fantasiosa das elites sob o silêncio cúmplice da mídia”. A ideia de que não convence a “delirante acusação de que há um golpe” volta repetidas vezes nos textos, seja a partir da desqualificação dos atores políticos envolvidos identificados com o PT, seja a partir da qualificação do respeito aos ritos processuais e legais.

O prazo curto para implementação de medidas econômicas e as possíveis fragilidades jurídicas do julgamento foram explorados com mais veemência nos editoriais da Folha de S. Paulo. Para o jornal, implementar as reformas é uma questão decisiva para o futuro do país. O problema foi identificado no editorial do dia 25/08, em que o jornal traça as prioridades para o novo governante “de fato”. Este aspecto está relacionado com a própria defesa de legitimidade do processo nos editoriais da Folha. Mesmo reconhecendo que os delitos cometidos não sejam irrefutáveis e que haja, portanto, fragilidades jurídicas, o jornal defende que todo o processo de *impeachment* foi constitucional e que Michel Temer deve atuar de maneira decisiva em prol das reformas: “O aspecto político torna insustentável a defesa de Dilma, enquanto que do ponto e vista jurídico as argumentações de um lado e outro

permanecem abertas à dúvida e ao debate. A realidade política concreta, todavia, se impõe sobre a retórica (27/08).

No que diz respeito às causas apontadas pelos jornais nacionais, é importante observar que eles não enfatizam tanto o contexto político que possibilitou o julgamento de Dilma. Aparentemente, na semana da sessão final no Senado, importava menos explicar em detalhes as razões do *impeachment*, muitas vezes calcadas nas características pessoais de Dilma (quando definem a ex-presidenta como autoritária, por exemplo), do que interpretar as razões da atuação da bancada do PT e dos senadores contrários ao impedimento. As estratégias de defesa passam a ser alvo de escrutínio e crítica vinculada a julgamentos morais.

Os editoriais de O Estado de S. Paulo e de O Globo, especialmente, são mais enfáticos na crítica em relação às estratégias do PT e de Dilma no julgamento. Segundo o Estadão, “a estratégia do lulopetismo para sobreviver politicamente é partir abertamente para a contestação da legitimidade dos poderes constituídos, renegando o sistema democrático construído pelos brasileiros há mais de 30 anos com base no argumento de que Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores são vítima dos inimigos do povo” (26/08). O jornal ainda defende que “o julgamento em si de Dilma não tem mais a menor importância para os petistas que a defendem no Senado. Por se tratar de um processo essencialmente político, as favas já estão para lá de contadas”(28/08). Exatamente por isso, a estratégia da ex-presidenta de vitimização garantiria um espaço de oposição no futuro. Nas palavras do editorial de O Globo do dia 27/08, “o real objetivo do PT é marcar posição para o ciclo oposicionista que permanecerá com o afastamento definitivo da presidente”.

Já as explicações relativas ao *impeachment* em si estão vinculadas diretamente a dois aspectos: 1) o uso de pedaladas fiscais e os crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária em virtude da incompetência no gerenciamento das contas públicas do país que gerou a crise econômica e 2) a “visão ideológica lulopetista, com tempero brizolista”, da própria Dilma (O Globo, 01/09). Para o jornal carioca, a ex-presidenta “perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo, por achar que a vontade política é o que resolve problemas no governo. Algo de sabor stalinista”. Sua obsessão, diz ainda o editorial do dia 01/09, “com o

ativismo estatal e os gastos sem medida, maquiados por técnicas de contabilidade criativa”, construíram a enorme crise fiscal visível a todos a partir de 2015 quando afloraram os números reais.

Como textos de características opinativas, os editoriais são construídos a partir de julgamentos que *a priori* definem as relações entre contextos, atores políticos e seus atos. A crítica à suposta estratégia de “vitimização” de Dilma Rousseff pela defesa é articulada com desqualificações de sua personalidade e das intenções do ex-presidente Lula como líder político. Ao mesmo tempo, há uma ênfase em qualificar o processo legal, identificando neste elemento a solidez da democracia brasileira e a possibilidade de um consenso nacional (O Estado de S. Paulo, 25/08). Para o Estadão, “Dilma é a vítima símbolo. Deverá, portanto, ser imolada no altar das causas populares para que possa ser usada como bandeira de luta por Lula e seus seguidores. É uma perspectiva muito mais atraente do que ter que arcar com o ônus de sofrer com a incompetência de Dilma por mais 2 anos e pouco. É uma questão de sobrevivência. Tudo mais é hipocrisia” (26/08).

Em editorial intitulado “Os imorais”, o editorialista demonstra certa irritação com o fato de que o julgamento estivesse sendo filmado por documentaristas e ataca diretamente Lula ao afirmar que, como “Lula e grande elenco jamais admitiram responsabilidade pelos grosseiros erros dos governos petistas, muito menos pela corrupção sistêmica, qualquer acusação de roubalheira ou de irresponsabilidade só pode ser interpretada como anti-PT”. Eles, continua o texto, julgam-se à vontade para questionar a moral dos demais parlamentares. “Tudo tem um propósito claro: se todos são imorais, então ninguém é. E se apenas os petistas são condenados, então isso só pode ser golpe. É bom que seja registrado em filme a incansável vocação dos petistas para fraudar a realidade”.

Ainda para o Estadão, a consciência crítica da nação teria sido anestesiada com a chegada de Lula à presidência em 2003 e, por isso, o *impeachment* de Dilma seria visto como o ponto final deste período de anestesia. Quando, no julgamento, foi aprovado que Dilma Rousseff não perderia seus direitos políticos, o jornal criticou duramente a atuação dos senadores: “A preservação dos direitos políticos de Dilma foi uma imoralidade que abre precedente para uma catapulta de escândalos” (01/09)

Segundo o editorial de O Globo de 30/08, Dilma pode ser definida como irritadiça, autoritária e confusa. Se, de um lado, os atores políticos contrários ao impeachment são identificados como fraudadores, imorais, desrespeitosos, lulopetistas que ofendem a própria democracia com a acusação de golpe, de outro, há a defesa do processo legal e da necessidade de mudança de grupo político. Diz a Folha: “mesmo sendo questionáveis as alegações (contra Dilma), não há como negar que os senadores estão plena e constitucionalmente investidos da autoridade para decidir se elas recaem sob a figura do crime de responsabilidade”. Para O Globo, “tudo transcorre dentro do estado democrático de direito, garantida toda a liberdade de defesa, substituindo-se, pelo Congresso, uma presidente que cometeu crimes de responsabilidade pelo seu vice eleito em chapa única pelos mesmos 54 milhões de votos. Simples assim” (30/08).

Por outro lado, fica evidente, nos editoriais analisados, o alinhamento no “cardápio” de soluções para o país e uma certa ansiedade em implementar as reformas sinalizadas pelo novo mandatário e seus apoiadores, além de pouca preocupação em problematizar as divergências de uma maneira menos estereotipada. O momento pós-*impeachment* é interpretado pelos jornais brasileiros como uma oportunidade de fomentar uma união nacional em torno de um projeto político-administrativo de poder.

A Folha de S. Paulo, por exemplo, cobrou pressa nas ações pós-impedimento: “a prioridade máxima da administração é a recuperação de uma economia em frangalhos”. E, mais adiante, defendeu que “é imperativo aprovar no Congresso os projetos de reforma econômica – teto para o gasto público e revisão para as regras da previdência, que se configuram como alavancas sem as quais o Brasil não emergirá da recessão calamitosa em que atolou há dois anos” (01/09).

O Estadão definiu que o novo governo “deve propor e implantar medidas para o saneamento das contas públicas e o equilíbrio fiscal; corrigir desvios da gestão pública e criar condições para a retomada do crescimento, além de “promover o sentimento de união nacional, de unidade na diversidade, capaz de relegar ao passado o período negro da história em que o Brasil foi dividido entre nós e eles”

(25/08). Para o jornal, Michel Temer tem legitimidade para liderar o esforço de recuperação nacional (01/09).

Já O Globo mostrou-se preocupado com possíveis governos vinculados a projetos populares de esquerda no futuro. Para o jornal, o *impeachment* fortaleceu “a Constituição como um todo para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o lulopetismo. Serve como aviso geral à nação” (01/09).

Na Tabela 4, é possível verificar os enquadramentos de forma resumida, conforme a seguir:

**TABELA 4**

**Funções de enquadramentos nos editoriais de jornais nacionais**

Funções	Jornais
Problemas Identificados ( <i>define problems</i> )	<p>O comportamento dos lulopetistas desrespeitou as normas do julgamento do impeachment. Os senadores petistas têm o objetivo de construir a vitimização de Dilma (O Estado de S. Paulo)</p> <p>Há fragilidades na base jurídica do impeachment, mas Dilma não convence ao atribuir-se a condição de vítima de golpe. Embora os delitos cometidos não sejam irrefutáveis, todo o processo de impeachment foi constitucional. (Folha de S. Paulo)</p> <p>No processo contra Dilma não há acusação de corrupção mas crimes que tem a ver com a visão ideológica lulopetista, com o tempero brizolista da ex-presidente (O Globo)</p>
Causas ( <i>Diagnose Causes</i> )	<p>Dilma afundou o país em profunda crise, o que agravou sua própria situação. (O Estado de S. Paulo)</p> <p>Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo. Os crimes de responsabilidade são avantajados. A obsessão com o ativismo estatal e os gastos sem medida (O Globo)</p>
Julgamento moral ( <i>moral judgements</i> )	<p>O processo é constitucional porque segue os ritos da lei (O Globo, Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo)</p> <p>O processo contra Dilma deve ser usado como bandeira política de Lula. Aqueles que ainda falam em golpe nada mais fazem do que ofender essas instituições, e portanto, a própria. O discurso da presidente afastada é uma peça de ficção entremeada por lances de pieguice explícita (O Estado de S. Paulo, 30/08)</p> <p>A culpa de Dilma é inquestionável (O Globo e O Estado de S. Paulo)</p>

	Michel Temer tem legitimidade para assumir o poder (O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo)
Soluções (suggest remedies)	<p>Novo governo deve implementar reformas para resolver a crise fiscal (O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo)</p> <p>É imperativo aprovar no Congresso os projetos de reforma econômica – teto para o gasto público e revisão para as regras da previdência (...) (Folha de S.Paulo)</p> <p>(Novo governo) deve promover o sentimento de união nacional, de unidade na diversidade, capaz de relegar ao passado o período negro da história em que o Brasil foi dividido entre nós e eles. (O Estado de S. Paulo, 25/008)</p> <p>O fortalecimento da Constituição como um todo para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o lulopetismo. Serve como aviso geral à nação”. (O Globo, 01/09)</p>

Fonte: Elaboração dos autores.

#### 4. Análise dos jornais internacionais

Ao contrário dos jornais nacionais cuja análise dos editoriais revelou uma simetria bastante assinalável no modo como enquadraram o *impeachment* de Dilma Rousseff, a imprensa estrangeira propõe argumentações nem sempre conciliáveis umas às outras, razão pela qual optamos por, neste ponto, analisar cada jornal isoladamente, ao contrário da técnica anterior, que analisou os editoriais em simultâneo.

Em seus editoriais, o jornal Público enfatiza, essencialmente, as causas que conduziram à crise política e algumas preocupações em relação ao futuro do Brasil após a destituição de Dilma Rousseff. Por outro lado, o jornal não se inibe de fazer alguns julgamentos morais, quer em relação ao processo político, quer em relação aos seus protagonistas.

As preocupações em relação ao cenário futuro são visíveis no editorial intitulado “O Brasil depois dos jogos”, publicado no dia 05/08. O Público sublinha a necessidade de “despoluir o ambiente político”, referindo que a crise é “sistêmica” e que afeta “os três poderes”, uma crise política à qual se junta uma “corrupção que condiciona toda a sociedade”, promovendo desigualdades e atraso social. Esta preocupação e incerteza em relação ao futuro e, especificamente, em relação às consequências do *impeachment* para a vida pública do Brasil, são ainda mais visíveis

no editorial de 25/08. No texto “O Brasil na hora incerta do pós-Dilma”, o posicionamento do Público torna-se mais explícito. O processo político é considerado de “consequências imprevisíveis” e descrito como “uma eleição indirecta”. O jornal qualifica o impeachment de Rousseff como um “jogo de sombras entre a democracia real e democracia formal” e aponta como principal problema para o futuro o risco de o país interromper “o exemplar caminho democrático e constitucional seguido após a ditadura”.

O Público aponta como causas do *impeachment* o fato de os adversários políticos de Dilma não terem aceitado a derrota nas eleições de 2014, unindo-se aos ex-aliados para “subverter o mandato popular” e “reduzir a pó o mandato conferido por 54 milhões de eleitores”. É referido que o crime fiscal, base do processo jurídico, foi cometido pelos antecessores de Dilma e que o Senado e os deputados arrogam-se no direito de “torpedear” os resultados eleitorais e de instituir uma “eleição indirecta”. A personalização e a fragmentação dos mandatos políticos no presidencialismo brasileiro também são apontadas como causas da crise política, assim como erros políticos cometidos pela presidente Dilma, bem como a forte corrupção que assola o país.

A mesma ideia é destacada no editorial de 30/08. Comparando o *impeachment* a uma “tragicomédia”, o jornal descreve o PT como um partido arrasado pela corrupção, desgastado após 12 anos de poder. De certa forma, o jornal responsabiliza o PT de Lula por criar um clima favorável a escândalos como o *Mensalão* e o *Lava Jato*, mas também é referido que a corrupção pode acabar por arrasar o PMDB, partido de Michel Temer. Já no editorial de 01/09, o processo justifica-se porque Dilma perdeu, sobretudo, o apoio das classes decisórias, o apoio da classe política, e não tanto das classes populares.

Na sua avaliação, o jornal português ajuíza que crime fiscal não tem proporcionalidade para justificar o afastamento, constituindo-se como um pretexto, uma oportunidade que seria muito improvável num sistema político mais “maduro”, “coerente” e “organizado”. O processo de destituição é novamente descrito como sendo essencialmente político, “germinado por detractores do PT” e ex-aliados que querem fazer uma “mudança no rumo da política brasileira”. Neste ponto, o Público

deixa a antever interesses políticos por detrás do processo, interesses que têm que ver com mudanças na agenda e nas prioridades da política brasileira. Para o Público, o *impeachment* trata-se de um “jogo político de duvidosa moralidade e de nula inspiração democrática” (25/08). No editorial de 01/09, o Público qualifica o *impeachment* como um jogo de interesses pessoais, um processo político que “serve para converter Michel Temer em presidente efectivo”. O editorial não se refere ao processo como golpe, pelo contrário, refere que a ironia do processo reside no fato de Dilma ser afastada pelas regras democráticas, ela que foi torturada no tempo da ditadura.

Eduardo Cunha aparece, nos editoriais no Público, como protagonista do *impeachment* de Dilma Rousseff, sendo descrito como um dos “figurões do PMDB”, “escandalosamente intocável” até ao afastamento na Comissão de Ética e alguém que se envolveu “furiosamente” no processo de destituição. O jornal salienta que ele está ligado a múltiplas denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro. Também Michel Temer é visado pelos dois veículos que sublinham que Temer é um político sob investigação, sentenciado à condição de inelegível pelas autoridades judiciais.

Numa linha bastante semelhante à do Público, o francês Le Monde denomina o *impeachment* de “farsa”, num editorial intitulado “A triste ironia da queda de Dilma Rousseff. O veículo sublinha a forte “convulsão social” como pano de fundo do processo, bem como a “corrupção que origina protestos nas ruas por parte de milhares de pessoas”. O *impeachment* é enquadrado como uma “guerra pelo poder para defender os interesses de uma elite económica ameaçada nos últimos anos pelo partido de Dilma”. Apesar de sublinhar os erros políticos, económicos e táticos de Dilma Rousseff durante a governação, e de reconhecer que o *impeachment* está previsto na constituição brasileira, o Le Monde considera que as “acrobacias contabilísticas”, ou pedaladas fiscais, que custaram a abertura do processo, não são mais do que um argumento que esconde razões mais profundas, razões que têm, essencialmente, que ver com a luta partidária, a disputa pelo poder e a forte crise económica.

O jornal francês também aponta como causas do processo o envolvimento das “elites económicas” como parte interessada na destituição de Dilma, bem como o

papel desempenhado pelos meios de comunicação, particularmente pela TV Globo, na exploração do caso. Por outro lado, o jornal francês não vê razão para *impeachment* nos atos de que a ex-presidenta era acusada, considerando que se o processo não é um golpe de estado, é, no mínimo, uma farsa: “*S’il n’y a pas coup d’Etat, il y a au moins tromperie*”. Para o Le Monde, a destituição de Dilma nada tem que ver com corrupção da qual “ela não é acusada”, isto apesar dos protestos de milhares de brasileiros escandalizados com as denúncias da operação *Lava Jato*. A destituição de Dilma é, por isso, uma “triste ironia”, uma “tragicomédia” da “jovem democracia brasileira” que mais do que vitimar Dilma, penaliza, sobretudo, o povo brasileiro.

Também aqui, Eduardo Cunha é enquadrado como um dos personagens principais do *impeachment*. O editorial francês destaca, ainda, Romero Jucá, “o braço direito de Temer” apanhado em conversas telefônicas onde se referia, “explicitamente”, a uma mudança de governo para barrar a operação *Lava Jato*.

Um dos principais jornais britânicos, The Guardian demonstrou preocupação com o processo de afastamento de Dilma Rousseff. Em editorial publicado no dia da condenação pelo Senado, o jornal afirma, textualmente, que a “queda de Dilma Rousseff não vai curar todos os problemas do país”. The Guardian sustenta que, além da história de uma mulher que lutou contra a ditadura na juventude e que agora sai do poder em meio a um escândalo de corrupção sem precedentes, o processo é muito revelador do estado de coisas de uma nação.

Além disso, o jornal associa o evento a um contexto global mais amplo, no qual potências há pouco tidas como emergentes estão hoje com grandes dificuldades econômicas e políticas. O jornal cita o fim do ciclo das *commodities*, que garantiu uma década de exportações valiosas, os protestos de rua iniciados em 2013 e o descontentamento da chamada nova classe média. O The Guardian confere pouca atenção às acusações pelas quais a ex-presidenta estava sendo acusada. Em vez disso, foca nas incongruências de um processo que considera injusto: “é difícil não enxergar o grau de injustiça nessa queda brutal”.

Uma brutalidade que fica evidente, segundo o editorial, quando se nota que Rousseff jamais foi acusada de corrupção, ao contrário de muitos dos que votaram

pelo seu afastamento. Ao citar a fala de um senador favorável ao *impeachment*, segundo o qual “não se trata de golpe, mas é a democracia em evolução”, The Guardian firma posição crítica ao processo afirmando que: *“That the crisis has come to this cathartic moment says perhaps as much about an “evolving” democracy as about the cynicism of some of its elites, much exposed by the Petrobras and Lavo Jato corruption investigations.”*

O jornal afirma que Dilma Rousseff cometeu muitos erros políticos como líder, mas considera “simplista” e pouco sincera a crença de que o seu afastamento resolverá todos problemas estruturais do país. Ao enfatizar o envolvimento dos que condenaram Rousseff em esquemas de corrupção, The Guardian sustenta que os aqueles que estão felizes diante da queda da Presidenta são os mesmos que “esperam livrar-se da atenção dos juízes anti-corrupção”. Para o jornal, a crise brasileira possui um desafio e uma dúvida: o desafio é a restauração da confiança na classe política de um país que está dividido e polarizado e a dúvida será se Michel Temer - “que comandou os ataques contra Dilma Rousseff” – estará à altura dessa expectativa.

O americano The New York Times publicou dois editoriais sobre a crise brasileira durante o mês de agosto de 2016. No editorial de 17/08, o jornal enfatiza o crescimento da turbulência no país como resultado das crises econômica e política. No texto, defende-se a “força das instituições democráticas” do Brasil, as quais, por meio dos órgãos de investigação, estão desvelando um esquema de corrupção na Petrobrás que envolve nomes importantes do cenário econômico e político nacional. Apesar de as investigações terem causado impactos importantes no governo de Dilma Rousseff, The New York Times afirma, textualmente, que os atos pelos quais ela está a ser julgada não configuram crimes de responsabilidade.

O jornal destaca que não foram encontradas evidências de ilegalidades de Dilma Rousseff. Salienta, ainda, que, apesar dos impactos em seu governo, Dilma Rousseff agiu de modo “admirável” ao não impedir ou tentar controlar as investigações da Lava Jato. Ao contrário, apoiou a recondução ao cargo do Chefe do Ministério Público, Rodrigo Janot. Desse modo, The New York Times elucida a sua preocupação com os impactos que uma eventual condenação de Rousseff possa ter sobre as

instituições brasileiras. Segundo o editorial, não há dúvidas de que Rousseff foi responsável pelo conjunto de medidas que afetaram negativamente a economia brasileira, mas a sua destituição sem “evidências concretas de ilegalidade” pode ser uma ameaça à democracia. O jornal enfatiza, nessa mesma linha, que os brasileiros “estão enfrentando tempos de frustração”, mas alerta que a solução jamais deve passar pelo enfraquecimento das instituições democráticas.

Parte substancial dessas ideias foram reafirmadas no editorial de 31/08, no qual vários trechos do discurso de Rousseff, após a condenação, foram reproduzidos. O jornal destaca que “o que eles chamam de crime” foram práticas cometidas por anteriores Presidentes da República e que a saída de Dilma põe fim a “13 anos de um governo transformador” que usou as receitas do Estado, geradas pelo *boom* das commodities, para retirar milhões de pessoas da pobreza, tendo perdido apoio devido à recessão. Para o jornal, será uma vergonha se a História provar que a tese de golpe defendida por Rousseff estiver correta. Apesar de reconhecer que não existiram “evidências concretas de ilegalidade”, já que as práticas foram realizadas por predecessores de Rousseff, o editorial sustenta que os eventos que conduziram à sua queda são mais complexos do que aqueles que ela reconhece. Cita a enorme impopularidade da ex-presidenta e o fato de ela ter nomeado o ex-presidente Lula da Silva, investigado na Lava-Jato, para o seu ministério.

O texto é bastante enfático sobre o papel de Michel Temer. Segundo o jornal, ele deve garantir a continuidade das investigações e ser cauteloso com uma eventual modificação nas políticas sociais que marcaram os anos de poder do Partido dos Trabalhadores. O editorial vai mais longe quando afirma que Temer deveria “honrar o processo democrático”, não se desviando da plataforma política endossada pelos brasileiros nas últimas eleições.

Assim como os demais jornais estrangeiros, o espanhol El País demonstrou ceticismo quanto à legitimidade do processo que destituiu Rousseff. Nos dois editoriais publicados na fase final do julgamento, o jornal aponta o que considera erros de gestão da ex-presidenta – o fato de não ter negociado e de ter maquiado contas no orçamento –, mas enfatiza que ela não esteve envolvida com o esquema de corrupção investigado na Petrobrás e que os atos por que é acusada não constituiriam

motivação bastante para a perda do mandato. Para El Pais, uma das causas daquele processo foi o inconformismo dos adversários políticos derrotados nas últimas eleições, que, desde então, “dedicaram-se a procurar motivos para que ela abandonasse o cargo”. Segundo o editorial, a “oposição que, incapaz de entender Dilma, arrastou o país para uma estratégia suicida com a única finalidade de mudar um Governo”.

Em face do “bloqueio político” que joga o país num “estado catatônico, o jornal endossa a proposta de Rousseff de realizar novas eleições, sugerindo que naquele momento de crise aguda, todos, esquerda e direita, deveriam unir-se pelo bem do país: “E isso passa por voltar a ouvir o povo, mesmo que não esteja na Constituição. Apesar de concordar com a tese da ex-presidenta – segundo a qual, no presidencialismo, só o povo pode julgar um Presidente que não tenha cometido crime de responsabilidade – El Pais acredita que “ela chegou tarde nesta discussão”. Para o jornal, Rousseff deveria ter visto que a sua popularidade estava em queda e o apoio no Congresso cada vez mais reduzido.

Se o jornal espanhol havia mostrado ceticismo quanto à legitimidade de um processo julgado por parlamentares acusados, na sua maioria, de corrupção, o editorial de 01/09, um dia após a condenação da ex-presidenta, é claro e incisivo ao considerar que o impeachment de Dilma Rousseff foi “um golpe baixo no Brasil”. De todos os jornais analisados no cenário internacional, o El Pais foi o que adotou o tom mais assertivo, defendendo que “a destituição de Dilma Rousseff implica um dano imenso às instituições brasileiras”.

No mesmo editorial, o jornal afirma que os parlamentares utilizaram “de modo abusivo um procedimento de destituição previsto na Constituição para casos extremamente graves e o ajustaram aos jogos políticos de curto prazo sem se importarem com o dano à legitimidade democrática”. Note-se, portanto, que a legitimidade do processo é contestada na medida em que as acusações – continua o editorial - careciam de “peso político para justificar a destituição de Dilma Rousseff e o trauma e a divisão que transtornam o país.

Se dúvidas houvesse quanto à ilegitimidade do processo, bastaria observar a estratégia de dividir a pena prevista na Constituição para presidentes que sofrerem

*impeachment*. Segundo El Pais, a manutenção dos direitos políticos de Rousseff, apesar da perda do mandato, deixam claras as intenções fraudulentas de seus julgadores.

A Tabela 5, abaixo, sistematiza as principais linhas de análise:

**TABELA 5**

**Funções do enquadramento nos editoriais de jornais internacionais**

<b>Funções</b>	<b>Jornais Internacionais</b>
Problemas Identificados (define problems)	<p>Jogo de sombras entre a democracia real e democracia formal que coloca em risco o exemplar caminho democrático e constitucional seguido após a ditadura (Público);</p> <p>Forte convulsão social e elevada corrupção (Le Monde/ Público/New York Times, Guardian).</p> <p>Crise econômica e bloqueio político (El Pais, New York Times)</p> <p>Fim de um ciclo valioso de commodities que melhorou a vida dos mais pobres (The Guardian, New York Times, El Pais)</p>
Causas (Diagnose Causes)	<p>Incapacidade da oposição em aceitar os resultados das eleições de 2014 (Publico, El Pais, New York Times;</p> <p>Personalização e fragmentação dos mandatos políticos no presidencialismo brasileiro; Elevados níveis de corrupção (Publico, El Pais, Guardian, New York Times;</p> <p>Mudanças no rumo da política brasileira; Corrupção. Revanchismo de Eduardo Cunha (Publico, Le Monde, El Pais).</p>
Julgamento moral (moral judgement)	<p>Jogo político de duvidosa moralidade e de nula inspiração democrática (Publico, Monde, El Pais, The New York Times, Guardian).</p> <p>O processo deixa sementes perigosas para o futuro (El Pais, Guardian, The New York Times)</p> <p>O <i>Impeachment</i> vai converter-se numa eleição indirecta (Publico).</p> <p>O impeachment é uma “farsa”, uma tragicomédia da jovem democracia brasileira (Publico, Monde, El Pais, Guardian).</p> <p>A queda de Dilma Rousseff não vai curar todos os problemas do país. (The Guardian)</p> <p>Processo injusto (Guardian, El Pais, The New York Times)</p> <p>Será uma vergonha se a História comprovar que Dilma tem razão (The New York Times)</p>

Soluções (suggest remedies)	Eleições são a única saída para a crise política (Público, El País).
-----------------------------	----------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração dos autores.

## 5. Considerações finais

No conjunto desta amostra de editoriais, é possível identificar as tendências gerais de posicionamento dos jornais analisados, com diferenças assinaláveis entre os brasileiros e os estrangeiros. No que diz respeito aos editoriais nacionais, nota-se uma preocupação constante em afirmar a legitimidade do processo. Nesse sentido, os editoriais brasileiros atuaram em duas frentes argumentativas principais: primeiro, a ênfase no cumprimento da ritualística constitucional; segundo, a refutação constante da tese de golpe defendida pela ex-presidenta. No sentido de desconstruir a ideia de que o país viveria a iminência de uma ruptura institucional, como enfatizava a defesa da ex-mandatária, os jornais insistiram na ideia de que Rousseff estaria a colocar-se na função de vítima, quando, na verdade, “teria levado o país para o buraco”, como escreveu o editorialista de O Estado de S. Paulo.

Aliás, dos três jornais brasileiros, O Estado de S. Paulo e O Globo se notabilizaram pela aposta num processo de adjetivação profundamente disfórico, qualificando a ex-presidenta como “sectária”, “incompetente”, “arrogante”, “despreparada”, “piegas” ou voluntarista”, enquanto o segundo abundou em adjetivações do tipo “irritadiça”, “confusa”, “autoritária”, sem deixar de associá-la, inclusive, ao que seria uma atitude stalinista. Nota-se, portanto, que o desempenho dos jornais brasileiros apostou numa atitude adversária em relação a Dilma Rousseff, cabendo-lhes a dupla função de desconstruir argumentos e ideias da defesa e cancelar posicionamentos da acusação, por meio de um processo de depreciação política e pessoal da acusada.

Se os jornais brasileiros se preocuparam com a construção da legitimidade do processo, refutando a tese de golpe e apostando na constitucionalidade da matéria, os jornais estrangeiros se mostraram cétricos, chamando a atenção para aspectos não ventilados pela imprensa nacional. Nenhum dos jornais analisados considerou que a queda de Dilma tenha sido motivada pelos atos de que era acusada, os quais não teriam proporcionalidade suficiente para uma pena tão dura. Enquanto o Le Monde o

chamou de “farsa”, “um jogo político de nula moralidade e duvidosa inspiração democrática”, o Público enfatizou que processo semelhante teria poucas chances de ocorrer numa “democracia mais madura”. The Guardian sublinha a injustiça cometida, e The New York Times apela ao respeito às instituições democráticas. El País foi o único a utilizar, textualmente, o termo golpe, para referir-se a um “golpe baixo no Brasil”.

Se os jornais nacionais perspectivaram os acontecimentos como uma página virada na política brasileira, os internacionais apontaram dúvidas e mostraram preocupação com os possíveis efeitos do processo. Da mesma forma, a imprensa estrangeira apontou elementos, na sua análise, desconsiderados, no período analisado, pelos editoriais nacionais. Um deles foi o nível moral dos julgadores de Dilma, muitos dos quais acusados de corrupção, enquanto ela mesma jamais fora investigada, como realçam El País, The Guardian e The New York Times. Por outro lado, os editoriais internacionais não esquecem o papel de Eduardo Cunha que, como elemento desestabilizador do governo de Rousseff, aparece como um dos personagens principais do *impeachment*.

O tema de novas eleições apareceu apenas em editorial da Folha de S. Paulo. No caso dos jornais internacionais, o El País e o Público foram contundentes ao afirmar que a solução para a crise passaria por dar voz ao povo nas urnas. Outro aspecto relacionado às soluções, na imprensa nacional, foi a necessidade de reformas a serem implementadas pelo novo governo. Desde o primeiro momento, Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de S. Paulo sublinharam a necessidade de reformas que contenham os gastos públicos. Já os editoriais internacionais são bem mais comedidos neste aspecto. Nessa medida, o The New York Times defende que Michel Temer deveria manter-se o mais próximo possível da plataforma com a qual a sua ex-companheira de chapa eleitoral havia sido eleita. Isso até que os brasileiros e brasileiras pudessem manifestar a sua vontade em novas eleições presidenciais.

Em momentos de forte convulsão política, estudar o papel dos meios de comunicação é uma atitude dotada de virtudes, sobretudo pelo sentido de historicidade inerente a esse tipo de análise. Por ora, temos uma análise que expõe as discrepâncias, mas que não deixa de trazer à memória o desempenho da mesma

imprensa nacional em outras ocasiões, como naquela que conduziu a um golpe militar, chamado, por ela mesma, àquela altura, de “revolução”.

### Referências

AZEVEDO, F. A. Imprensa e Legislativo: os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Senado (2003-2004). ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 14., 2005, Niterói (RJ). Niterói: Compós, 2005.

AZEVEDO, F. A.; CHAIA, V. L. M. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003 - 2004). Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 1, p. 173- 204, 2008.

ENTMAN, R. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. Journal of Communication. 43, nº 4, p. 51-58, 1993.

ENTMAN, R. Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

FONSECA, F. O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2005.

GRADIM, A. Manual de Jornalismo. Covilhã. Livros LabCom. 2000.

KUYPERS, J. A. Framing Analysis from a Rhetorical Perspective. In P. D'Angelo & J. A. Kuypers (Eds.). *Doing news framing analysis* (pp. 286-311). Nova York: Routledge, 2010

MENDONÇA, R. F., & SIMÕES, P. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(79), 187-201, 2012

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: Oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. Opinião Pública, Campinas, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. Estudos em jornalismo e mídia, Vol. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A pauta do dia: Um estudo sobre o agendamento do Congresso Nacional brasileiro nos editoriais da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*. Brazilian Journalism Research, Vol. 12, n. 2, p. 120-147, 2016.

MOTTA, L. G. Enquadramentos Lúdico-Dramáticos no Jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. Intexto, Porto Alegre, v. 2, nº 17, p. 1-25, 2007.